

ATA-GabDesJMGN - 92023
Código de validação: 852D0ACBED

ATA DE REUNIÃO
COMITÊ DE GOVERNANÇA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – CGovTIC
Ata da 12ª Reunião CGovTIC de 2023 (30/10/2023)

Aos trinta dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e três, via sala virtual do aplicativo de videoconferências Zoom (sala da Diretoria de Informática), sob a presidência do Des. Jamil de Miranda Gedeon Neto, substituindo a convite o Presidente do CGovTIC, Des. Jorge Rachid Mubárack Maluf, reuniu-se o Comitê de Governança de Tecnologia da Informação. Este comitê foi instituído pela [RESOL-GP - 332023](#) e designado pelo [ATOPRESIDENCIA-GP - 632023](#). Como membros do Comitê, registraram-se as presenças do desembargador JAMIL DE MIRANDA GEDEON NETO (presidente interino do Comitê CGovTIC a convite do Des. Jorge Rachid), do juiz FERDINANDO MARCO GOMES SEREJO SOUSA (juiz de direito indicado pela Presidência), do diretor CLÁUDIO HENRIQUE CARNEIRO SAMPAIO (Diretoria de Informática e Automação) e dos servidores e servidora representantes: CRISTIANO DE JESUS SOUSA DE ABREU (representante da Diretoria Financeira), LUIZ GUSTAVO SANTOS NASCIMENTO (representante da Diretoria Administrativa), RAFAEL ARCÂNGELO GONÇALVES DE CARVALHO (representante da Diretoria de Recursos Humanos), do diretor LAÉRCIO LEÃO AMARAL (representante da Diretoria Judiciária), do juiz RANIEL BARBOSA NUNES (representante do Comitê de Gestão da Inovação) e BIANCA GIORDANA SOARES GOUVEIA (representante da Assessoria de Gestão Estratégica e Modernização). Estavam ausentes os membros: desembargador RICARDO TADEU BUGARIN DUAILIBE (desembargador designado pela Presidência do Tribunal), juiz JOSÉ JORGE FIGUEIREDO DOS ANJOS JUNIOR (juiz de direito indicado pela Corregedoria Geral da Justiça), diretor CARLOS ANDERSON DOS SANTOS FERREIRA (diretor-geral), diretor ANDRÉ MENEZES MENDES (representante da Diretoria do Fundo Especial de Modernização e Reaparelhamento do Judiciário do Tribunal de Justiça), PATRYCKSON MARINHO SANTOS (representante da Diretoria de Engenharia, Obras e Serviços). Como convidados, registraram-se as presenças: juiz GLADISTON LUÍS NASCIMENTO CUTRIM (juiz auxiliar da Corregedoria), juíza TICIANY GEDEON MACIEL PALÁCIO (juíza auxiliar da Corregedoria), GIVANILDO MARQUES (Coordenadoria de Atendimento ao Usuário), ANTONIO SÁ FERNANDES PALMEIRA FILHO (Coordenadoria de Sistemas de Informação), JAIRO FERREIRA ROCHA (servidor da Diretoria de Informática e Automação) e IZIDIO FRANCISCO DAS CHAGAS JÚNIOR (colaborador da InterOp). A



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Tribunal de Justiça
Gab. Des. Jamil de Miranda Gedeon Neto

apresentação foi conduzida pelo diretor CLÁUDIO HENRIQUE CARNEIRO SAMPAIO com participação dos servidores NATHALIA RIBEIRO SCHALCHER DE OLIVEIRA e ANDERSON MAIA DE LIMA CARVALHO (Diretoria de Informática e Automação).

A abertura da reunião foi realizada pelo desembargador Jamil de Miranda Gedeon Neto e pelo diretor Cláudio Sampaio que saudaram os membros presentes. O diretor Cláudio Sampaio apresentou os temas da pauta da reunião, conforme segue abaixo:

- Pauta ordinária de acompanhamento dos planos de TIC;
- PCTIC 2023: acompanhamento;
- Plano de Transformação Digital: acompanhamento;
- PPTIC 2023: inclusão e cancelamento de projetos;
- PPTIC 2024: aprovação
- Análise de rotatividade do pessoal de TIC;
- Gratificação de Atividade de Tecnologia da Informação e Comunicação;
- Ações futuras.

Na sequência, registraram-se as informações apresentadas e apreciadas para cada tema, seguidas das deliberações respectivas, conforme abaixo:

Tema 1: Pauta ordinária de acompanhamento dos planos de TIC

O diretor Cláudio Sampaio apresentou a referida pauta e informou que a mesma possui como motivação, uma das competências do Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação constante na RESOL-GP - 332023 do TJMA, a qual trata da aprovação e monitoramento dos planos estratégicos. Em seguida, apresentou os planos da pauta do mês de outubro.

Deliberação: Não houve deliberação sobre o tema.

Tema 2: PCTIC 2023: acompanhamento

O diretor Cláudio Sampaio apresentou uma visão gerencial do desempenho da execução do PCTIC 2023, destacando o resultado de execução orçamentária em termos de custeio e investimento.

No grupo de custeio, informou o valor que está aprovado para o ano (R\$ 48,1 milhões), do qual aferiu-se o seguinte resultado, até o momento: [1] valor contratado de R\$ 45,6 milhões correspondente a um índice de execução orçamentária de custeio em 94,51%; [2] contratação cancelada na ordem de R\$1.6M correspondente a 3,3% do total de custeio; [3] valor não contratado de R\$ 1M de contratações que não foram



finalizadas.

No grupo de investimentos, informou o valor solicitado para o ano (R\$ 31,6 milhões), do qual aferiu-se o seguinte resultado, até o momento: [1] valor contratado de R\$ 13,2 milhões, correspondente a um índice de execução orçamentária de investimento em 42%; [2] valor cancelado de R\$ 6M; [3] valor não contratado de R\$ 12,4 milhões de contratações que não foram finalizadas, das quais 3 estão em fase de tramitação.

O diretor ainda informou que a DIA realizou devolução parcial de recursos orçamentários referentes ao ano de 2023, totalizando R\$10M. Esse recurso não foi utilizado em razão das contratações planejadas terem sido custeadas com sobras orçamentárias de 2022. Além disso, foi informado o status de progresso das principais contratações e contratos realizados pela DIA: SDWAN, Links de Internet, Telefonia IP, Estações de Trabalho, Infraestrutura de Backup e Ampliação da telefonia IP. Por fim, destacou que praticamente todas as comarcas do estado foram migradas para telefonia IP, contribuindo para redução de custos nesse segmento.

Deliberação: Não houve deliberação sobre o tema.

Tema 3: Plano de Transformação Digital: acompanhamento

A servidora Nathália Oliveira ofereceu uma visão abrangente do progresso das iniciativas do plano, destacando que a grande maioria delas já foi concluída. No entanto, restam pendentes apenas cinco iniciativas essenciais: Mandamus, Integração do PJe com STF/STJ, BMNP, SEEU e e-Carta. O coordenador Antonio Palmeira esclareceu que todos os prazos para as iniciativas de integração do PJe com outros sistemas mencionados foram prorrogados para março de 2024, devido à priorização dos esforços da CSI no que diz respeito ao Selo de Qualidade do CNJ. Além desse fato, ele destacou que essas integrações dependem da migração do PJe para uma nova versão (v 2.2.0.8), a fim de garantir compatibilidade.

Em resposta à indagação do juiz Ferdinando Serejo, o coordenador Antonio Palmeira esclareceu que os novos módulos estarão disponíveis para utilização no marketplace da PDPJ. No entanto, para efetuar a integração do PJe com esses módulos, serão necessários ajustes no código-fonte do PJe, a fim de viabilizar a eficiente troca de mensagens.

Além disso, foi comunicado que o projeto Mandamus está aguardando homologação pela Central de Mandados devido à sua dependência da migração do PJe para a versão 2.2.0.8. Em decorrência disso, o andamento desse projeto encontra-se temporariamente suspenso. Adicionalmente, foi destacado que o CNJ tem prevista a liberação de uma nova versão do Mandamus em novembro, contendo um conjunto de melhorias e correções.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Tribunal de Justiça
Gab. Des. Jamil de Miranda Gedeon Neto

Destacou-se ainda que a CSI está ativamente envolvida em dois pedidos dos oficiais de justiça: a pendência de assinatura do acordo de cooperação técnica entre o TJMA e TJRO para a Central V3, e a integração do Mandamus, conforme mencionado anteriormente. Por fim, a servidora Nathália Oliveira apresentou uma visão gerencial da execução do plano na ferramenta Actio.

Deliberação: Não houve deliberação sobre o tema.

Tema 4: PPTIC 2023: acompanhamento

A servidora Nathália Oliveira deu início à apresentação do tema, destacando a variação do portfólio de projetos, incluindo novos e cancelados, no período de dezembro de 2022 (76) até outubro de 2023. Em relação às inclusões de novos projetos, informou que a DIA trouxe à avaliação do CGovTIC seis demandas, as quais foram apresentadas e esclarecidas por ela e pelo servidor Anderson Carvalho. Os projetos propostos para inclusão foram os seguintes:

1. **TI2023.035:** Adequar o Sistema Digidoc ao MOREQ-JUS;
2. **TI2023.036:** Implantação do Google Meet para Audiências;
3. **TI2023.037:** Dashboard Plano de Contratação Anual;
4. **TI2023.038:** Guia de Contratações de TIC;
5. **TI2023.039:** Dashboard Execução Orçamentária;
6. **TI2023.040:** Dashboard Gestão de Contratos.

Como proposta de cancelamento, o projeto TI2021.040 - Gestão Ágil foi sugerido devido à escassez de servidores na área de governança de TI para impulsionar esse projeto. O Diretor Laércio Leão expressou preocupação em relação ao significativo déficit de servidores na área de TIC, considerando que a DIA desempenha um papel fundamental como pilar institucional, atendendo todas as outras áreas do TJMA. A falta de pessoal de TI foi identificada como um obstáculo que impacta a capacidade de atender diversas demandas do Tribunal, impossibilitando o avanço desta instituição no que diz respeito à governança e gestão de TIC, conforme as diretrizes estabelecidas pela avaliação do CNJ.

Nesse contexto, o desembargador Jamil Gedeon expressou concordância com essa preocupação e destacou o senso de urgência no atendimento cobrado pelas outras áreas em relação à área de TI. Dada a relevância dessa problemática, o desembargador Jamil Gedeon solicitou a suspensão da discussão desse tema para a identificação de ações de contorno junto ao Des. Jorge Rachid, visando minimizar esse problema.

Deliberação: CGovTIC aprovou inclusão dos projetos TI2023.035, TI2023.036,



TI2023.037, TI2023.038, TI2023.039 e TI2023.040 no PPTIC 2023, seguida da realização das priorizações dos mesmos conforme ANEXO I. CGovTIC não autorizou o cancelamento do projeto TI2021.040, sendo que este projeto deverá ficar como suspenso até ulterior decisão do CGovTIC mediante ações para minimizar o problema do déficit de pessoal de TI.

Tema 5: PPTIC 2024: acompanhamento

Conforme decisões e aprovações registradas na ata [ATA-GabDesJMGN – 5202](#) da 12ª Reunião do CGovTIC de 2023, realizada em 30/10/2023.

Tema 6: Análise de Rotatividade do Pessoal de TIC

O diretor Cláudio Sampaio apresentou o contexto e a motivação por trás da análise de rotatividade do pessoal de TIC, conduzida pela DRH em colaboração com a DIA. Informou-se que esse estudo foi formalizado pela DRH no processo Digidoc 49240/2023, por meio do OFC-DRH – 7632023, o qual foi encaminhado à Diretoria Geral com o parecer indicando a *"necessidade de empreender medidas para a retenção de talentos, bem como a realização de concurso para preenchimento de cargos vagos"*. Destaca-se que esse estudo contribuiu para um acréscimo de 1,96 ponto no índice iGovTIC-JUD 2023. Nesse sentido, a Diretoria de Informática expressou agradecimentos pelo excelente trabalho realizado pela servidora Aline Mendonça da Silva, Coordenadora de Acompanhamento e Desenvolvimento na Carreira da DRH, por promover esse estudo de rotatividade.

Como parte da apresentação, o servidor Anderson Carvalho delineou o cálculo da quantidade mínima de cargos efetivos de TIC necessários, conforme estabelecido pela Resolução CNJ nº 370/2021 (ENTIC-JUD). Ele ressaltou um déficit de 44 cargos de TIC no quadro permanente, conforme indicado na Figura 1. Como fato relevante, dos 102 cargos efetivos de TIC criados, apenas 81 estão atualmente ocupados por servidores lotados na Diretoria de Informática e Automação. Isso significa que a DIA conta com apenas 81 servidores efetivos de TIC para atender a todas as demandas do PJMA, incluindo atendimentos, manutenções, desenvolvimentos, aquisições, projetos, gestão e fiscalização de contratos de TIC.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Tribunal de Justiça
Gab. Des. Jamil de Miranda Gedeon Neto

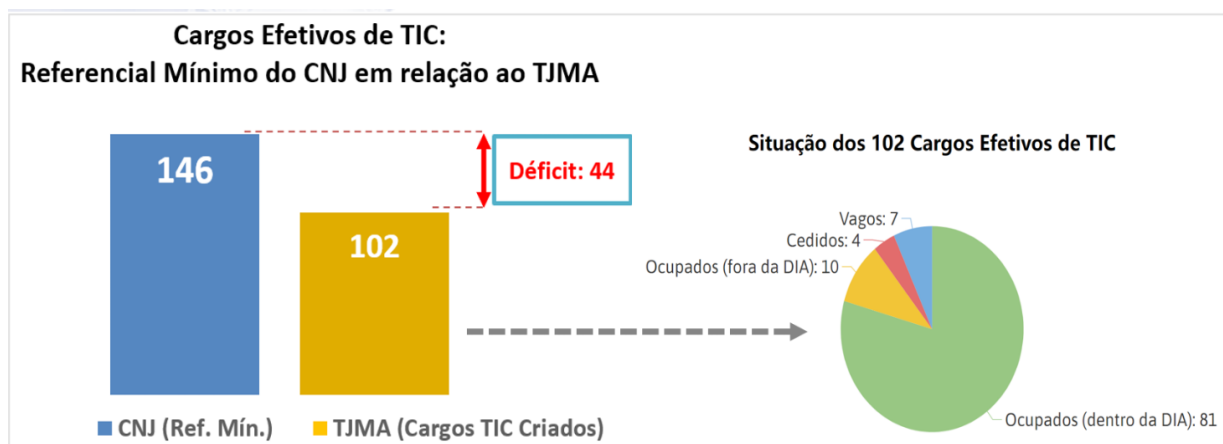


Figura 1 - Análise da Força de Trabalho de TIC

No que diz respeito à análise de rotatividade, constatou-se que a DIA apresenta um índice de turnover de 42% no período de 2020 a 2023. Em outras palavras, 42% do total de nomeações nesse período resultaram em exonerações a pedido. A Figura 2 revela uma tendência de aumento constante no número de evasões de servidores de TIC. É crucial salientar que essa elevada taxa de rotatividade acentua ainda mais o quadro deficitário da força de trabalho de TIC. Como ponto de destaque, observou-se que 76% dos exonerados permaneceram no TJMA por menos de 2 anos, o que evidencia a rapidez com que esses profissionais deixam a instituição, contribuindo para a instabilidade no quadro de recursos humanos da área de TIC.

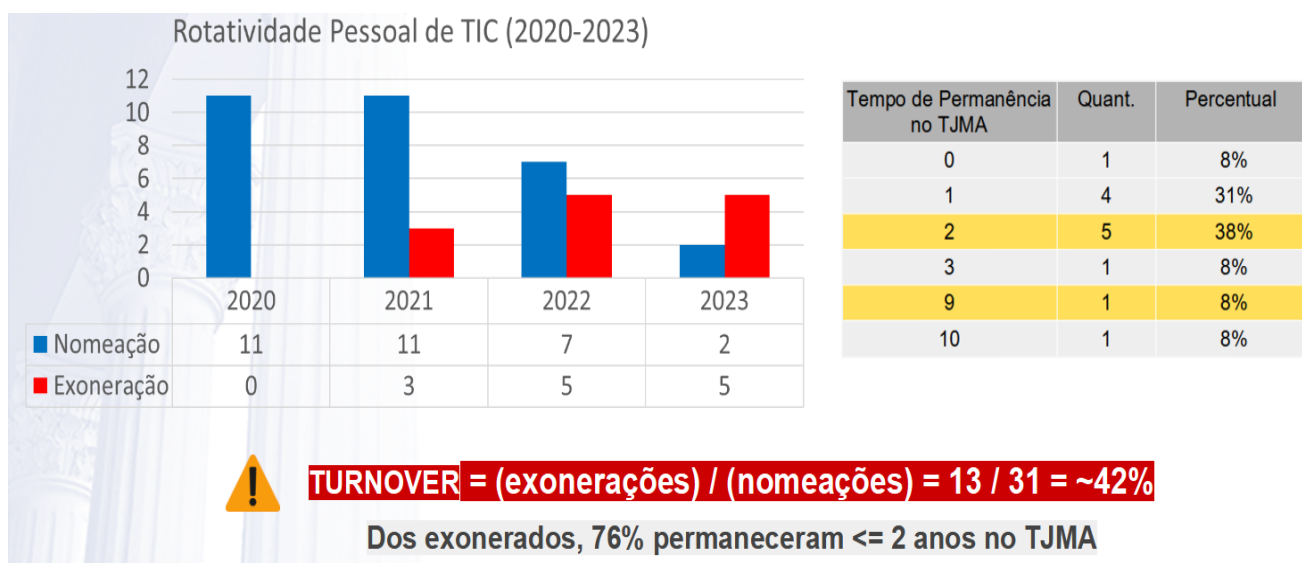


Figura 2 - Análise de rotatividade do pessoal de TIC

Nesse contexto, o coordenador Antonio Palmeira enfatizou a perda significativa



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Tribunal de Justiça
Gab. Des. Jamil de Miranda Gedeon Neto

de servidores especializados na área do sistema PJe, sistemas administrativos, SAPRE, Power BI, entre outros. Ele destacou que os servidores de TIC estão migrando para outros tribunais federais, levando consigo uma valiosa bagagem e uma curva de conhecimento construída ao longo de dois anos. Essa situação é extremamente prejudicial para o TJMA, uma vez que a saída desses profissionais impacta diretamente a continuidade e a eficiência das operações e projetos relacionados à tecnologia da informação.

Deliberação: Não houve deliberação sobre o tema.

Tema 7: Gratificação de Atividade de Tecnologia da Informação e Comunicação

O servidor Anderson Carvalho contextualizou a realidade do mercado de trabalho na área de TIC, destacando que até 2025 o Brasil enfrentará um déficit de 530 mil profissionais, conforme projeções de estudos da Google, CNN, Forbes, entre outros. De acordo com dados da Brasscom (Associação das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação e de Tecnologias Digitais), a demanda por profissionais de TI está três vezes maior do que a quantidade de novos profissionais que se formam nas graduações (fonte: <https://brasscom.org.br/estudo-da-brasscom-aponta-demanda-de-797-mil-profissionais-de-tecnologia-ate-2025/>).

Esses números evidenciam uma busca crescente por profissionais de TIC, os quais frequentemente recebem propostas com remunerações e benefícios mais atrativos, tanto em âmbito nacional quanto internacional. Como resultado dessa realidade, o servidor Anderson Carvalho demonstrou os reflexos e os impactos sentidos pelo TJMA, destacando a elevada taxa de evasão de servidores de TIC, que se torna um desafio adicional diante da concorrência intensificada por profissionais altamente qualificados nesse setor.

Diante desse cenário de mercado e da expressiva taxa de evasão de profissionais de TIC enfrentada pela DIA, o diretor Cláudio Sampaio apresentou ao CGovTIC uma proposta para a criação de uma gratificação específica destinada à atividade de TIC. Essa iniciativa visa ser um instrumento estratégico para retenção dos servidores especializados na área de Tecnologia da Informação e Comunicação, buscando mitigar os impactos negativos decorrentes da competição acirrada por esses servidores.

Além disso, como uma motivação adicional para essa proposta, ele informou que já existem recomendações do CNJ e TCU sobre a criação de gratificações específicas para a área de TIC, visando evitar a evasão de especialistas e minimizar a rotatividade. Nesse contexto, o CNJ inclui como item de avaliação no iGovTIC-JUD a existência de instrumentos de retenção e reconhecimento, atribuindo significativos 2,25 pontos a essa categoria. No momento, o TJMA não pontua neste item específico. Caso a gratificação seja implementada, será possível obter esse incremento de 2,25 pontos,



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Tribunal de Justiça
Gab. Des. Jamil de Miranda Gedeon Neto

elevando a classificação de Aprimorado para Excelência no iGovTIC-JUD. Consequentemente, alcançar o nível de Excelência nesse indicador possibilitará um ganho de 20 pontos no Prêmio CNJ de Qualidade.

Nesse contexto, o diretor Cláudio Sampaio informou que existem outros tribunais (vide TJRS, TJRO, TJRJ, etc.) que já criaram essa gratificação para os servidores de TIC. Pontuou que, recentemente, o presidente do TJDFT acolheu proposta de criação dessa gratificação e encaminhou projeto de lei ao Supremo Tribunal Federal.

<https://www.gaptic.com.br/docs/proposta-gaptic-tjdft.pdf>

Diante desse panorama, o diretor Cláudio Sampaio apresentou uma proposta de gratificação de TIC, conforme demonstrado na Figura 3. Ele enfatizou que essa proposta foi resultado de deliberação e aprovação pelo CGesTIC, comitê composto pelo diretor e pelos coordenadores da Diretoria de Informática e Automação. Essa proposta foi elaborada com o objetivo de ser submetida à apreciação do CGovTIC.

Proposta a ser avaliada pela alta administração

Figura 3 - Proposta de Gratificação de TIC do CGesTIC

Na sequência, o coordenador Cristiano Abreu manifestou apoio à criação da gratificação, mas sugeriu que essa medida deveria ser vigente enquanto persistir a condição de escassez de profissionais de TI no Brasil, conforme relatado. Em resposta,



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Tribunal de Justiça
Gab. Des. Jamil de Miranda Gedeon Neto

o coordenador Antonio Palmeira concordou, em parte, com essa sugestão, porém destacou que, caso a gratificação seja criada com uma indicação temporária, isso poderia sugerir a todos que esta seria encerrada em breve. Sua sugestão foi que a gratificação fosse estabelecida como permanente, com uma revisão a cada 5 anos por parte do TJMA para avaliar a necessidade de continuidade, levando em consideração as condições futuras do mercado. Reforçou que as gratificações criadas por outros tribunais e a proposta do TJDFT não menciona temporalidade, a fim de não afastar a atratividade. Em seguida, a servidora representante da AGEM, Bianca Giordana, demonstrou concordância com a sugestão do coordenador Antonio Palmeira e acrescentou que essa revisão periódica seria necessária para além do caráter de permanência, bem como revisão de valores. Na esteira desse raciocínio, o servidor Rafael Arcângelo sugeriu que a gratificação fosse criada em um único nível sendo regime integral de 8h diárias. A servidora Bianca Giordana reforçou que, durante o trâmite do processo, ao passar pela assessoria jurídica, será avaliada legalmente a possibilidade ou não dos dois níveis, bem como a acumulação com a GAJ.

Deliberação: Seguindo a sugestão do juiz Ferdinando Serejo, que expressou a necessidade de elevado senso de urgência diante do problema da evasão de servidores de TIC, o CGovTIC aprovou a proposta nos termos inicialmente apresentados, visando informar à alta administração o mais brevemente possível. Entretanto, ficou acordado entendimento de que a proposta passará por ajustes e revisões ao longo do trâmite processual, percorrendo os setores de Orçamento, Recursos Humanos, Assessoria Jurídica, Presidência, entre outros.

Tema 8: Ações futuras

- Submeter novos projetos para aceitação e priorização pelo CGovTIC para o PPTIC 2024 (sob demanda existente);
- Definir próximos passos para prosseguimento da proposta da GTIC;
- Abrir processo para publicação do PPTIC 2024 e PCTIC 2024;

Deliberação: Não houve deliberação sobre o tema

Discutidos e apreciados os itens da pauta e não tendo mais assuntos a serem tratados, o juiz Ferdinando Serejo agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião, tendo eu, Cláudio Henrique Carneiro Sampaio, designado secretário ad hoc do Comitê, lavrado a presente ata que, depois de lida e achada conforme, será assinada pelo presidente e membros presentes do CGovTIC.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Tribunal de Justiça
Gab. Des. Jamil de Miranda Gedeon Neto

**PALÁCIO DA JUSTIÇA "CLÓVIS BEVILÁCQUA" DO ESTADO DO MARANHÃO, em
São Luís, 30 de outubro de 2023.**

Desembargador JAMIL DE MIRANDA GEDEON NETO
Matrícula 53991

FERDINANDO MARCO GOMES SEREJO SOUSA
Coordenador da Secretaria Judicial Única Digital da Fazenda Pública
Gabinete do Juiz Auxiliar Ferdinando Marco Gomes Serejo Sousa
Matrícula 93872

CLÁUDIO HENRIQUE CARNEIRO SAMPAIO
Diretor de Informática e Automação
Diretoria de Informática e Automação
Matrícula 99176

CRISTIANO DE JESUS SOUSA DE ABREU
Coordenador de Orçamento
Coordenadoria de Orçamento
Matrícula 120477

LUIZ GUSTAVO SANTOS NASCIMENTO
Assessor Técnico da Diretoria Administrativa
Diretoria Administrativa
Matrícula 204081

RAFAEL ARCÂNGELO GONÇALVES DE CARVALHO
Supervisor de Sistemas Informatizados de Gestão de Pessoas
Diretoria de Recursos Humanos
Matrícula 99689

LAÉRCIO LEÃO AMARAL
Diretor Judiciário
Diretoria Judiciária
Matrícula 128835

RANIEL BARBOSA NUNES
Diretor do Fórum da Comarca de Tuntum - Intermediária



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Tribunal de Justiça
Gab. Des. Jamil de Miranda Gedeon Neto

1ª Vara da Comarca de Tuntum
Matrícula 183145

BIANCA GIORDANA PINTO SOARES
Assessora Especial de Planejamento e Gestão
Assessoria de Gestão Estratégica e Modernização
Matrícula 107656

Documento assinado. SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL, 21/11/2023 12:21 (FERDINANDO MARCO GOMES SEREJO SOUSA)
Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 21/11/2023 12:34 (RAFAEL ARCÂNGELO GONÇALVES DE CARVALHO)
Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 21/11/2023 13:43 (CRISTIANO DE JESUS SOUSA DE ABREU)
Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 21/11/2023 15:31 (LAÉRCIO LEÃO AMARAL)
Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 21/11/2023 16:36 (LUIZ GUSTAVO SANTOS NASCIMENTO)
Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 22/11/2023 09:32 (BIANCA GIORDANA PINTO SOARES)
Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 22/11/2023 11:45 (CLÁUDIO HENRIQUE CARNEIRO SAMPAIO)
Documento assinado. TUNTUM, 22/11/2023 23:24 (RANIEL BARBOSA NUNES)
Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 30/11/2023 08:32 (JAMIL DE MIRANDA GEDEON NETO)

